

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

N.º 9/2017/AM

DATA: Vinte e um de dezembro do ano de dois mil e dezassete.-----

HORA: Vinte horas e dez minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Dr. Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Dr.ª Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Sr. Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Sr.ª Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Sr. Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Eng.ª Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Sr. Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Sr. José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Eng.º José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Dr.ª Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Sr. Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Eng.º Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

2017.12.21

- Dr.^a Marisa Alexandra Ferreira Tavares em suplência de António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----
- Dr.^a Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado (PSD);-----
- Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Sr. António Santos Sousa em suplência do Professor Doutor Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Sr. Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Sr.^a Ana Maria da Silva (PS);-----
- Sr. Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);-----
- Dr. Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- Sr. António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sr. Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Dr.^a Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva, Dr.^a

2017.12.21

Daniela Sofia Paiva da Silva e Eng.º José Alexandre Coutinho Bastos Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência Dr. José Pedro Vieira de Almeida e Dr. Nelson da Silva Martins.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começou por dar conhecimento das seguintes substituições:-----

- Na sequência da comunicação telefónica por parte do Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida, que se vê impossibilitado de comparecer à presente sessão, foi convocada nos termos da lei a Dr.ª Marisa Alexandra Ferreira Tavares, que participou nos trabalhos da sessão.-----

- Por requerimento de 21.12.2017, foi solicitado pelo Prof. Doutor Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz a sua substituição nos termos da Lei, tendo sido convocado, para o efeito, o Sr. António Santos Sousa, que, após verificada a sua identidade e legitimidade, conforme auto lavrado, participou nos trabalhos da sessão;-----

- Comunicação (Registo entrada n.º 257, de 21.12.2017) do Sr. Manuel Correia Campos – Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, pelo qual informa que se faz representar na presente sessão pela Sr.ª Dr.ª Cristina Maria Vasconcelos Quintas, que após verificada a sua identidade e legitimidade, conforme auto lavrado, participou nos trabalhos da sessão.-----

VOTO DE PESAR APROVADO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do senhor Custódio Dias, pai do membro desta Assembleia, Sr. Henrique da Silva Dias.-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Sr. Presidente da

2017.12.21

Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu conhecimento que toda a correspondência recebida está disponível para consulta, salientando:-----

- o Registo de entrada n.º 214, de 22.11.2017 - Requerimento do Sr. Albano de Oliveira Braga, para exercer o presente mandato, enquanto membro independente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 46.º B, da Lei 169/99, de 18 de setembro, conjugado com o previsto no Regimento desta Assembleia Municipal.-----

- o Registo de entrada n.º 248, de 20.12.2017 - Declarações de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, dos senhores vereadores em regime de permanência, de acordo com o estipulado no artigo 6.º da Lei 64/93, com as alterações que lhe foram introduzidas;-----

- o Registo de entrada n.º 255, de 21.12.2017 – ofício ref.ª 2279/2017 da Câmara Municipal, remetendo cópia da Declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, de acordo com o estipulado no artigo 6.º da Lei 64/93, com as alterações que lhe foram introduzidas;-----

- o Registo de entrada n.º 256, de 21.12.2017, comunicação do Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, pela qual agradece, em nome da família de Alírio Vaz Correia, o voto de pesar aprovado pelo falecimento do mesmo, seu sogro.-----

Mais informou dos convites recebidos e nos eventos em que esteve presente ou se fez representar (28 de outubro a 20 de dezembro), bem como das suas representações até ao final do ano.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, propôs, à Assembleia Municipal, nos termos do ofício 2270/2017 da Câmara Municipal e deliberação tomada em reunião pública

2017.12.21

daquele Órgão de 19 de dezembro, e ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 50.º do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o agendamento extraordinário do assunto “**REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE | DECRETO-LEI N.º 130/2017, DE 9 DE OUTUBRO – deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2017**”, com os fundamentos constantes da informação técnica de 14 de dezembro de 2017, que a acompanha.-----

Colocado o assunto a votação, foi reconhecida a urgência de deliberação sobre o mesmo, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, passando o assunto a fazer parte da ordem do dia como ponto 14. Sendo a ordem de trabalhos retificada, nos seguintes termos:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL 2017- deliberação de Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017;-----

3. ORÇAMENTO PARA 2018 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018/2021 – deliberação da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2017;-----

4. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2018 – deliberação da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2017;-----

5. DISPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 4, DO ARTIGO 9.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

6. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2017;-----
7. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA - deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2017; -----
8. DESIGNAÇÃO DE ATÉ CINCO REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA, nos termos do disposto na alínea b), nº 1, do artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio e Lei 76/2017, de 17/8; -----
9. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos do disposto na alínea a), do nº 2 do artigo 3º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Vale de Cambra;--
10. DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS, PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, nos termos do disposto na alínea I), do artigo 17º, do anexo da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro;-----
11. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES – ENTRE DOURO E VOUGA II – AVEIRO NORTE, abril, 102/2009, de 11 de maio, 248/2009, de 22 de setembro, 253/2012, de 27 de novembro, 137/2013, de 7 de outubro e 239/2015, de 14 de outubro; -----
12. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO, PÓS – SECUNDÁRIO E ENSINO SUPERIOR- deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017;-----

2017.12.21

13. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE VALE DE CAMBRA- deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017;-----

14. REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE | DECRETO-LEI N.º 130/2017, DE 9 DE OUTUBRO – deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2017; -----

15. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que a uma ou outra questão colocadas no período de intervenção do público, na última sessão, foi dado o respetivo encaminhamento e está a seguir a sua tramitação.-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017: A bancada do PSD alertou para uma incorreção na proposta da ata, no que refere ao ponto 3 da ordem do dia da sessão extraordinária de 23 de novembro, onde consta “sete votos contra”, deve constar sete votos em branco, o que foi confirmado pela nova contagem dos boletins de voto.-----

Foi ainda retificada pela bancada do CDS/PP a palavra constante da linha 13, da página 11, da proposta da ata, onde se lê “ilegível”, deve constar “elegível”.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor e duas abstenções, da Sr.^a Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues e do Sr. António dos Santos Sousa (por não terem participado na mesma), aprovar a ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017, com as devidas correções,

2017.12.21

designadamente com a correção à minuta da ata, na sua folha n.º 3 e linha n.º 8, onde consta “sete votos contra” passa a constar da ata “sete votos em branco”.---

Usou da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga que, após cumprimentar os presentes, começou por perguntar, aos senhores Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal porque motivo ainda não foi atendido o seu pedido efetuado na sessão de 27.06.2017, ao abrigo da alínea g), do artigo 28.º do Regimento da Assembleia, no qual solicitou cópia da deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, relativa ao ponto 15 da ordem do dia, bem como cópia de toda a documentação que suportou a tomada de decisão. Este ponto refere-se ao contrato de compra e venda, de 3 de março de 2009, celebrado com Pereira Soares & Bastos – exercício do direito de reversão. -----

Citou parte da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Miguel Paiva, que, na sessão extraordinária de 23 de novembro, e a propósito de uma intervenção do Eng.º Rui Leite: “A culpa não é certamente da Câmara ou do Sr. Presidente da Câmara, a quem nunca teve de invocar a Lei para lhe solicitar e ter deferido da parte dele o que quer que fosse. Mais informou que recebeu a missiva remetida pelo Sr. Eng.º Rui Leite com o pedido de acompanhamento do processo que aqui referiu. Tratando-se de um processo complexo que requer algum tempo para análise, que está a decorrer, após o que darão a sequência devida.” Acrescentando que quando solicitou os documentos, nos termos da lei, deveriam ter-lhe sido entregues de imediato, ficando espantado com o que disse o Sr. Presidente da Assembleia que referiu ser um processo complexo. Argumentou que pediu os documentos não para os pendurar, mas porque achava e continua a achar, e agora com mais intensidade, que algo está mal. Designou como inqualificável esta demora, acrescentando que a Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia estão a fazer obstrução à ação de um membro da Assembleia Municipal e, em tese, obstrução à ação judicial.-----

2017.12.21

De seguida, perguntou se a Câmara Municipal teve conhecimento de duas descargas ilegais na Ribeira de Lordelo e no Rio Trancoso, bem como o que fez ou pensa fazer quanto a estas situações.-----

Perguntou, também, ao Presidente da Câmara ou ao Vice-Presidente, quem fez a escolha da Equipa de advogados que assessorou a Câmara Municipal no processo da VCP, no Tribunal Arbitral.-----

Por fim, referiu que consultado o site da Câmara de Vale de Cambra, encontram-se em falta as notas biográficas do Sr. vereador Dr. Nelson Martins e do Sr. Presidente da Câmara, o que se significa que esta situação retira à Câmara Municipal um ponto no *ranking* do Índice de Transparência Municipal. Encontrando-se atualmente numa das melhores posições nas práticas de transparência, salientou o bom trabalho desenvolvido nesta área pela vereadora Eng.^a Catarina Paiva, e que este facto vai significar uma perda de cerca de 15 lugares no *ranking*.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva agradeceu o lembrete contudo, esclareceu que quando disse que nunca tinha tido necessidade de invocar a lei nas solicitações que tinha feito ao Presidente da Câmara, referia-se, conforme questão colocada, se estava instalado e se tinha os meios necessários para exercer o mandato. No que refere a informações de carácter técnico ou de outra natureza, disse ter tido, até agora, toda a colaboração, disponibilidade e abertura da Câmara Municipal, quer dos Srs. vereadores, quer do Sr. Presidente da Câmara.-----

Relativamente ao pedido do Sr. Albano Braga sobre a documentação, referiu que está a ser instruído e ser-lhe-á entregue. É um dossier grande, complexo no que se refere à articulação de toda a documentação - deliberações, pareceres, externos e internos, alegando, portanto, para que lhe seja entregue toda a

2017.12.21

documentação devidamente ordenada e de forma cabal, é que ainda não foi entregue, mas que a Assembleia a fará chegar com brevidade.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga referiu não aceitar esta justificação, uma vez que quando o assunto foi presente a reunião de Câmara os documentos de suporte estavam lá todos, e são só aqueles que pede – os que estão anexos à ata da referida reunião da Câmara Municipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal manteve a sua resposta, e lembrou o Sr. Albano Braga que este desempenhou as funções de adjunto até há cerca de dois meses, e que nessa altura teve com certeza acesso a toda a informação, tendo vantagem sobre si que não conhece os *dossiers* nem sabe onde estão.-----

Retomando a palavra o Sr. Albano Oliveira Braga mostrou-se admirado com as palavras do Sr. Presidente da Assembleia quando referiu que ele enquanto Adjunto do Sr. Presidente da Câmara tinha acesso aos documentos, argumentando que exerce o terceiro mandato na Assembleia Municipal e que nunca se serviu do cargo de Adjunto para ter acesso a documentos, cingindo-se ao trabalho que o Sr. Presidente o mandava fazer ou os senhores vereadores.-----

Faz os requerimentos à Mesa, tendo o Sr. Presidente da Assembleia e seus antecessores que lhe facultar os documentos. -----

Respondeu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que o pedido do Sr. Albano foi formulado na sessão de 27 de junho de 2017 e que, na altura, desempenhava essas funções, mas a explicação foi dada, aceitando a mesma.----

De seguida, o Sr. Presidente deu nota da sua participação no XXIII Congresso da ANMP, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara e Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, onde se debateram alguns temas interessantes, designadamente o Quadro Comunitário 2020 e pós 2020, a descentralização e as finanças locais, disponibilizando a respetiva documentação para consulta.-----

2017.12.21

Interveio a Dr.^a Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado que, após cumprimentar os presentes, deixou uma mensagem do líder de bancada, Sr. António Augusto Almeida, que por questões de saúde não pode estar presente, a quem desejou francas e rápidas melhoras.-----

A sua mensagem centrou-se na garantia do cumprimento da Lei e do Regimento desta Assembleia, no respeito das regras deste Órgão no uso da palavra e na apreciação das deliberações, por parte da sua bancada (PSD), bem como a total disponibilidade para ajudar em favor de Vale de Cambra e dos Valecambrenses, oferecendo-se para integrar Comissões sempre que seja necessário. Acredita esta bancada que nunca se irão deparar com qualquer recusa de prestação de informação por parte da Câmara Municipal ou de qualquer dos seus membros, que obstem a realização de ações de acompanhamento à fiscalização, com base no regimento, a que fez referência. Acredita, também, que a Mesa da Assembleia Municipal, no uso das suas competências, comunicará a este Órgão a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração da Câmara Municipal ou dos seus membros, nos termos do previsto Regimento a que fez alusão. Afirma que será com base nestas premissas que pretendem construir o edifício da boa vontade por Vale de Cambra.-----

Ainda no uso da palavra, a Sr.^a Dr.^a Rosa Anita, e relativamente ao estacionamento, deu conta que a competência pela fiscalização do estacionamento ilícito nas cidades e nas vias fora das localidades, como antigas estradas afetadas à rede viária nacional e propriedade das autarquias, será confiada aos Municípios, no âmbito do processo de descentralização a concretizar a partir de 2019. Abdicando o Governo de 35% das multas de estacionamento ilegal, que venham a ser emitidas por fiscais ou por polícias municipais, feitas as contas as Câmaras ficarão com 100% das receitas. O Município também ficará com o total das coimas quando estas forem aplicadas por empresas municipais,

2017.12.21

intermunicipais, metropolitanas, ou ainda por concessionário de estacionamento. caso a infração leve venha a ser aplicada pela GNR ou pela PSP o valor da multa será dividido mas o Estado deixa de ser contemplado, sendo que as forças de segurança recebem 30% e o Município 70%. Nas contra ordenações graves ou muito graves não há alteração, assim sendo, 55% será para a Câmara, 35% para o Estado e 10% para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.-----

A Mesa da Assembleia Municipal regista com agrado a disponibilidade dos membros da Assembleia do PSD para colaborar nos trabalhos, que a todos cabe.

A Assembleia deseja também as rápidas melhoras do Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida.-----

Usou da palavra o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, que, após cumprimentar os presentes, perguntou qual o ponto de situação da estrada de Porto Novo, situação que se arrasta há bastante tempo. Perguntou ainda quando se prevê que o projeto esteja pronto, para se contactarem então os particulares no sentido da cedência dos terrenos.-----

Questionou ainda o ponto de situação: (1) do saneamento nos lugares de Lourosa e Malhundes, sabendo que o levantamento foi já efetuado; (2) da estrada do Ribeiro; (3) e da estrada da Capela, que vai da EN 224 à estrada Luíz Bernardo de Almeida, que se encontra muito degradada, quase intransitável.-----

Interveio a Sr.^a Ana Maria da Silva que, após cumprimentar os presentes, perguntou em que ponto de situação está a Barragem Eng.º Duarte Pacheco, dado que continua vazia, as comportas abertas, e que as máquinas que ali andaram para remover as lamas laboraram apenas dois dias. Uma vez que as lamas estão já a chegar ao Açude Moreira, onde a Câmara Municipal tem uma captação de água para abastecimento público, perguntou se a água estará em condições de ser bebida.-----

2017.12.21

De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva que, após cumprimentar os presentes, passou a esclarecer, em resposta à intervenção antecedente, que, a tutela da Barragem Eng.º Duarte Pacheco é partilhada pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e pela DGADR (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), e que esteve reunido naquela mesma semana com os técnicos da DGADR, na sequência de diversas diligências no sentido de ser feita uma limpeza e regularização da comporta da Barragem. Explicou que o procedimento concursal para a execução dos trabalhos foi desencadeado por aquela entidade e, pelo que pode averiguar, os trabalhos foram interrompidos porque os equipamentos não seriam os mais adequados ao solo. No que se refere ao abastecimento público de água, assegurou que, dado o tempo seco que se tem vindo a verificar, têm monitorizado os níveis de água e que felizmente não se registou qualquer problema. Informou ainda que teve conhecimento que recentemente a APA deu ordem expressa para a abertura das comportas, mas que os técnicos da DGADR iriam articular com aquela entidade o fecho da barragem. Garantiu que, apesar de não ter tutela sobre a barragem, a Câmara Municipal tem acompanhado o processo e sensibilizado estas entidades para uma boa gestão daquele espaço e uma boa gestão dos recursos hídricos. -----

Em resposta ao Sr. João Costa, referiu que o levantamento da estrada de Porto Novo está feito e que os serviços estão a elaborar o respetivo projeto. Quanto ao saneamento em Lourosa o projeto está também em elaboração. No que respeita à estrada do Ribeiro pediu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia o agendamento de uma visita conjunta ao local.-----

Relativamente à intervenção da Sr.^a Dr.^a Rosa Anita, agradeceu a disponibilidade e registou a leitura da legislação, que entretanto foi publicada, sobre o tema do estacionamento.-----

2017.12.21

No que se refere à intervenção do Sr. Albano Braga, respondeu que a equipa de advogados estava já ao serviço da Câmara Municipal, tendo sido renovada a confiança no seu serviço. No que se refere à sua nota biográfica, penitenciou-se pela sua falha nesse sentido e que procurará corrigir a mesma no mais curto prazo. Informou desconhecer as descargas ilegais referidas pelo Sr. Albano Braga e pediu-lhe que fizesse chegar à Câmara Municipal a informação de quem fez as mesmas para a Câmara atuar. No que se refere à documentação solicitada, sobre o processo de reversão do negócio com a empresa Pereira Soares & Bastos, referiu que se não foi facultada já o deveria ter sido, os documentos são públicos e foram até enviados à IGF (Inspeção Geral de Finanças) com o pedido de inspeção ao processo, no sentido de esclarecer algumas questões que foram levantadas.-----

De seguida, deu nota que recentemente foi atribuído, pela CCDDR-N, o prémio “O Norte somos nós”, ao projeto “As 100.000 árvores” da Área Metropolitana do Porto. Neste projeto inclui-se a parcela de reflorestação do Baldio de Paraduça, cujo vídeo promocional foi filmado em Vale de Cambra, no referido local e com intervenientes da Câmara Municipal, nomeadamente a Eng.^a Vera Silva, a equipa de jardinagem envolvida, os sapadores florestais e restantes colaboradores que tornaram possível esta magnífica iniciativa, a que se juntou também a equipa multidisciplinar. Explicou que este projeto tem que ver com sustentabilidade, ambiente e natureza.-----

Felicitou a senhora vereadora da Educação e da Ação Social que neste Natal teve a feliz iniciativa de oferecer a cada aluno do pré-escolar e do 1.º ciclo, uma árvore, num total de cerca de 900 árvores, sensibilizando-os para a questão ambiental. -----

2017.12.21

No que refere às comemorações de Natal no Vale Mágico, referiu a importância da animação da cidade e do envolvimento dos vários agentes locais. Agradeceu a todas as Paróquias e Freguesias que participaram na execução dos Presépios Comunitários, iniciativa que promove o espírito comunitário. Informou que esta iniciativa foi também objeto de uma reportagem do Porto Canal.-----

Referenciou ainda a visita ao nosso Concelho, de um grupo de cerca de trinta jornalistas de diferentes meios de comunicação social e bloggers, na sua maioria Espanhóis, especialistas em natureza e turismo, que levaram uma excelente opinião de Vale de Cambra e da Região.-----

Deu também nota da presença no Congresso da ANMP, que este ano se focou na descentralização de competências para os Municípios, matéria para a qual acha que devem olhar com muita atenção, dado que a descentralização se tem efetuado à custa da responsabilização dos Municípios e desresponsabilização dos diferentes Governos, sem a correspondente transferência de verbas.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de 11.12.2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre o dia 20 de outubro e o dia 20 de novembro de 2017.-----

2017.12.21

Concedida a palavra aos membros da Assembleia, interveio o Sr. Albano Oliveira Braga, para dar os parabéns à equipa de jardinagem, chefiada pela Eng.^a Vera Silva, pelo trabalho extraordinário no controlo da vespa velutina. -----

De seguida, citou uma afirmação proferida pelo Sr. Presidente da Câmara, em reunião de Câmara de 25 de outubro, no período de antes da ordem do dia: “Quanto à Barragem Eng.^o Duarte Pacheco, disse que a Câmara não tem qualquer tutela sobre a mesma, pertencendo à DGADR a sua tutela”. Face a esta afirmação e porque na informação escrita do Sr. Presidente, já há anos, se faz referência a um processo que decorre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com o n.º 1092/06.4BEVIS, cujo autor foi Constantino Luís de Almeida (já falecido) e outros, estando a Câmara Municipal “nesta embrulhada”, uma possível despesa contingente para a Câmara Municipal, o que não entende, pois se a Câmara Municipal não tem qualquer tutela sobre a mesma e sendo o réu a Associação de Regantes de Burgães, que localmente superintende a gestão daquela barragem. Pelo que pediu esclarecimento da razão da Câmara aparecer neste processo.-----

Interveio de seguida, a Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues que, após cumprimentar os presentes, referiu que é com agrado, enorme reconhecimento e honra que procurará cumprir com rigor, isenção e objetividade este papel que lhe foi atribuído. É com hombridade que tentará cumprir com a função fiscalizadora da ação do Executivo Municipal, procurando sempre cumprir o fim último, da defesa dos interesses dos Valecambrenses, honrando o seu passado, estando atenta ao presente e de olhos postos no futuro.-----

Felicitou o Executivo e toda a Assembleia Municipal eleitos, relembrando o papel destes de contribuir para que se encontrem as melhores soluções a cada um dos processos a ser deliberados, e outros que possam ser trazidos para discussão

2017.12.21

nesta assembleia, respeitando sempre a vontade de todos os Valecambrenses, tendo eles votado CDS/PP, PS ou PSD.-----

De seguida, interveio sobre alguns dos assuntos constantes na ordem de trabalhos, intervenções estas que consubstanciarão o sentido do voto da bancada do PSD.-----

No que respeita às linhas gerais do Orçamento para 2018, e concretamente sobre a Cultura e Educação, referiu que, embora compreenda e subscreva a aquisição do Cinema de Vale de Cambra, e que esta seja usada pelo Executivo como uma bandeira para a Cultura, importa conhecer e compreender qual a estratégia que está subjacente à sua futura utilização, assim como, a sua necessária articulação com outros ativos culturais do nosso Concelho. Referiu ainda, a importância da aposta na educação das crianças, jovens e adultos, para a cultura. Disse que a mesma “aprende-se e fomenta-se nas escolas, vive-se e sente-se nas nossas aldeias, vive da nossa autenticidade e das nossas mais recônditas tradições”. Entende a sua bancada que, Cultura é fomentar o associativismo e o desporto, o espírito de empreendedorismo, a estima e o orgulho em ser Valecambrense. Significa também preservar tradições, promover o Folclore e a Etnografia, entre muitas outras atividades. Afirmou que o Projeto Cultural e Educacional do Concelho deve ser paulatinamente trabalhado, não conseguindo ver essa estratégia refletida em medidas ambiciosas e concretas no Orçamento para 2018.

Referente ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, realçou a importância do mesmo na participação ativa dos jovens nas políticas deste Concelho, mediante a apresentação de projetos novos, arrojados e inovadores, o que pensa que este Regulamento irá fomentar. Frisou, ainda, ter esperança quanto às condições para o mesmo se cumprir em toda a sua plenitude, traduzindo-se em reais resultados.-----

2017.12.21

Fez referência a projetos que pretendem ver apoiados, e também consolidados e que adquiram a sua própria sustentabilidade. Como é o caso do “Cambrafest”, da Associação Académica de Cambra, que acredita poderá tornar-se num dos maiores ativos culturais deste Concelho.-----

De seguida, referiu-se a projetos turísticos que pretendem sejam uma marca forte do Concelho, com sucesso nacional e internacional, exemplificando para o efeito o projeto da Aldeia do Trebilhadouro. -----

Referiu, também, a importância de continuar a reforçar o posicionamento regional e nacional da Nossa Senhora da Saúde, como um dos nossos maiores tesouros culturais do Concelho.-----

Pretende, ainda a sua bancada, que indústrias como a Martins & Rebelo e a Lacto Lusa, não se traduzam simplesmente em memórias, mas que ajudem a cumprir o desígnio de afirmar Vale de Cambra como o “berço nacional da indústria dos laticínios”.-----

Acrescentou, também, que acham “curto” um orçamento que não reflita claramente um conjunto de medidas necessárias para a dinamização do comércio, da restauração, da hotelaria. -----

Fez referência ao discurso, por parte deste Executivo Municipal, “muitas vezes político e demagógico, da dívida herdada de anteriores executivos”. Disse não se pronunciar, quer sobre os números que levaram à dívida, quer sobre as pessoas que estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas na decisão dos investimentos que nela resultaram, estando, no entanto, cientes da importância e do contributo para a notoriedade do Concelho, além fronteiras. Foram investimentos de uma enorme envergadura, que exigiram da Câmara e de todos os Valecambrenses, contenção e rigor, em muitas áreas, pelo que estes espaços públicos merecem

2017.12.21

ser promovidos e cuidados, listando alguns deles. Alertou para importância da promoção do turismo industrial e cultural.-----

Tendo em conta o projeto dedicado aos jovens, onde fruí a arte e a cultura, numa simbiose perfeita com a educação e a formação, que garantia, à partida, aspetos fulcrais, tais como, qualidade e sustentabilidade, nomeadamente, pelas parcerias estabelecidas, questionou o atual executivo sobre o ponto de situação do “Espaço Nova Geração” e qual a estratégia que para ele foi definida.-----

De seguida, interveio sobre a floresta, um dos principais ativos do Concelho de Vale de Cambra, a par da sua indústria. Reprovou a forma displicente como a floresta Portuguesa tem sido tratada à demasiado tempo. Assunto sério que deve merecer a máxima atenção de todos, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que mantenha esta Assembleia informada sobre toda e qualquer diligência que esteja a ser tomada neste dossier. Alertou, ainda, para a necessidade premente de que se mudem os comportamentos de risco que dão origem aos incêndios, o que implica educação e ação, em particular da Câmara Municipal.-----

Atendendo a que se vive na era da globalização, defendeu o abandono de uma política de individualismo, reforçando a importância de se trabalhar com os Municípios vizinhos, estimulando a lógica da intermunicipalidade, bem como a recuperação dos laços que ligam Vale de Cambra historicamente à Região de Aveiro, que se assume, a cada dia que passa, como um dos polos captadores de turistas, em termos nacionais e internacionais. Entende ser igualmente justo e necessário, que se reforce a posição de Vale de Cambra na Área Metropolitana do Porto e na Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. Defendeu, ainda, que é importante estimular as relações com organizações-chave, tais

2017.12.21

como, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, organismo que acolhe e aprova as candidaturas aos fundos europeus.-----

Vale de Cambra, tem obrigatoriamente de ser reconhecida pelo seu papel fulcral para a economia nacional e para o crescimento do PIB, para a diminuição do número de desempregados, para o respeito e credibilidade do País, dentro e fora de fronteiras, pois é um povo dos mais empreendedores de Portugal, sendo que, dificilmente se encontrará um tecido empresarial mais rico e competente. Também a este nível, o Orçamento para 2018, não reflete a urgência na definição e na aplicação de políticas de estímulo aos empresários e empreendedores, na criação de condições para os ajudar a que se fixem e a que tenham as melhores condições para crescerem.-----

Sublinhou a importância e a prioridade no reforço das redes de água e saneamento às diferentes Freguesias do Concelho (não estando claro, na ótica da sua bancada, a priorização de umas Freguesias em relação às restantes); a requalificação da EB 2, 3 Dairas; a drenagem de águas residuais; a reabilitação do antigo cinema; sendo estes alguns dos projetos que aumentam o orçamento de 17. 916,500 milhões de euros, para 22.128,00 milhões de euros, em 2018.-----

Concluiu dizendo que, este é um orçamento curto e fica aquém de um Concelho que deveria ambicionar estar na vanguarda da cultura, do turismo, da educação e da indústria, mas onde se sente esmorecer de notoriedade e do orgulho coletivo de ser e viver Vale de Cambra. Questões que acabam, ano após ano, por contribuir para a diminuição da demografia no Concelho. Esta é uma estratégia, que pode e deve ser pensada individualmente e/ou numa lógica de supramunicipalidade.-----

2017.12.21

No uso da palavra o Sr. Henrique da Silva Dias, após cumprimentar os presentes, referiu que reteve da intervenção da Dr.^a Adriana “o Berço dos Laticínios”, com o que concorda. Acrescentando que Vale de Cambra deve pensar num evento de cariz nacional, no sentido de potenciar aquilo que foram os grandes laticínios em Vale de Cambra.-----

Doze anos depois, volta à Assembleia Municipal, querendo desde logo agradecer ao PSD e ao PS os contributos que irão dar, a disponibilidade demonstrada, o que é relevante. Agradeceu, também à sua bancada, a confiança depositada em si para exercer as funções de líder da mesma.-----

Sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e, concretamente sobre a atividade da Câmara Amiga e as nove ajudas mencionadas, perguntou qual o critério da Câmara para prestar este apoio, se esta consulta as IPSS's das Freguesias ou apenas ouve o interessado, e ainda se há outra forma de as pessoas obterem essa ajuda.-----

Relativamente aos incêndios, e estando bem explicado na informação a celeridade da Câmara na ajuda às pessoas lesadas, perguntou se as pessoas que fizeram candidaturas a prejuízos até ao montante de cinco mil euros, se já receberam os respetivos apoios, se ainda vão receber e qual a situação dos restantes. -----

No que se refere ao Turismo, disse que a Feira da Castanha é hoje um ex-libris de Vale de Cambra, que passa muito para além das fronteiras deste Concelho, pelo que entende que, a Câmara Municipal, para além de colaborar, deve potenciar a realização deste evento, que se for tratado com muito carinho trará muito mais gente ao Concelho.-----

2017.12.21

Referiu ainda ter tido conhecimento duma festa de *Halloween* realizada no lugar do Mártir, ao que parece notável. E se assim foi, a Câmara Municipal deve apoiar também esta ideia e levá-la bem longe, se possível.-----

Sobre a Gestão de candidaturas, perguntou se a candidatura Via Pedonal e Ciclável já tem prazos, concurso e quando se poderá usufruir da mesma. -----

Perguntou também o ponto de situação da reabilitação do antigo cinema, desejando que seja feito ali algo que dignifique e que justifique o investimento.-----

Deixou, de seguida, um apontamento negativo. Embora elogie as análises efetuadas à rede pública de abastecimento de água e a preocupação com a qualidade da mesma, encontra-se preocupado com os fontanários públicos, que estão praticamente abandonados, mas que as pessoas continuam a consumir água dos mesmos. Assim, perguntou se a Câmara tem algum projeto para analisar não só a água mas as condições em que a mesma está a ser captada.-----

Por fim, subscreveu a preocupação do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, no que se refere à Estrada do Ribeiro.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, respondendo à Dr.^a Adriana Rodrigues referiu-se aos diversos “chavões de cariz político” que esta utilizou, concretamente sobre o orçamento curto, máxima utilizada pela Dr.^a, a quem lembrou que quando chegaram à Câmara Municipal tinham um orçamento curtíssimo, e que o mesmo tem vindo a crescer de uma forma equilibrada e sustentada. Argumentou que estão a pagar aos fornecedores, a fazer investimento, devolvendo assim a credibilidade à Câmara Municipal.-----

Referiu concordar com a necessidade e importância de Vale de Cambra ter um bom programa cultural. Acrescentou contudo, que a cultura custa dinheiro, mas por outro lado um Concelho desenvolve-se com cultura e com várias atividades

2017.12.21

para públicos distintos, pois na diversidade está uma grande riqueza. Acha que o projeto de reabilitação do antigo cinema deverá ser uma âncora para o desenvolvimento cultural do Concelho. Terão agora que avançar com a sua reabilitação, informando a este respeito, que se fez candidatura com financiamento a 85% para a totalidade da obra.-----

No que se refere à afirmação sobre o discurso demagógico quanto à dívida herdada, respondeu que não gosta de demagogia, e que o seu discurso foi alicerçado em números e que os mesmos não mentem.-----

Quanto à água e saneamento, informou que fizeram as candidaturas possíveis dentro dos projetos que estavam disponíveis. Considerando o montante disponível para o País, entende que foi muito bom terem conseguido três milhões de euros de financiamento para alargar a rede de abastecimento de água e saneamento. Sendo que a rede não chega ainda onde deveria chegar, vai crescer nas Freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões.-----

Concorda que a floresta tem vindo a ser negligenciada, a nível nacional. Referiu que este é um “desafio gigantesco” que o País tem pela frente, não é um problema só do Concelho ou de uma ou outra Freguesia. É um projeto para décadas. Acrescentou que, até nos Concelhos com a floresta devidamente organizada e com equipas profissionais no terreno, ardeu tudo, portanto há que repensar a Floresta, olhando também para as alterações climáticas.-----

No que se refere à intervenção do Sr. Henrique Dias quanto ao incêndio de 15 de outubro, confirmou a celeridade de resposta da Câmara Municipal, por um lado através da inventariação dos danos, em articulação com o Ministério da Agricultura e da CCDR-N e a Equipa da Câmara no terreno, no pós incêndio. Deu nota de que algumas candidaturas estão em apreciação, mas que aquelas cuja indemnização é até aos mil euros o pagamento é automático. Louvou os técnicos

2017.12.21

do Ministério da Agricultura que se deslocaram à Câmara Municipal e que num só dia efetuaram todas as candidaturas.-----

Quanto à Feira da Castanha referiu que efetivamente tem vindo a crescer e que a Câmara Municipal se tem associado ao evento.-----

Sobre a festa de Halloween, disse saber que a mesma tem tido imenso sucesso e que tudo o que tem sido feito deve ser acarinhado e incentivado para continuar a crescer e ser cada vez melhor. -----

Relativamente às candidaturas, informou que, recentemente, foi aprovada a candidatura de requalificação da EB 2,3 das Dairas, estando já aberto o concurso para a obra. Relativamente às candidaturas ligadas à mobilidade, disse que uma já está adjudicada – a ciclovia que liga a rotunda de Entre-pontes à rotunda do Milénio; encontrando-se uma outra já submetida, que liga o Parque da Cidade à Praia Fluvial; e uma terceira que tem a ver com a mobilidade dentro da cidade, designadamente requalificação de passeios e criação de rampas.-----

No que se refere ao cinema, acrescentando ao que já havia referido, deu conta que a Câmara fez uma auscultação prévia às associações do Concelho antes de elaborar o projeto. Agora com o projeto executado, no início de 2018 terão lugar algumas reuniões para tornar conhecido o projeto e o discutir, com a ajuda de Técnicos da Área Cultural, definir o modelo cultural adequado às necessidades do Município e às expectativas dos diferentes públicos que o vão utilizar.-----

Tendo o Sr. Albano Braga usado da palavra para relembrar a pergunta que efetuou quanto ao processo em tribunal, **o Sr. Presidente da Câmara** continuou referindo que a referida informação vem do Gabinete Jurídico e que o processo circula nas informações há cerca de onze anos. Referiu que o autor é o Sr. Constantino Luís de Almeida, entretanto falecido, não conhecendo os outros co-autores, que o Réu é a Associação de Regantes de Burgães e que não vê a

2017.12.21

Câmara envolvida aqui diretamente, confessando não saber o motivo que o leva a aparecer na informação municipal, mas procurará saber mais informações.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de 11 de dezembro de 2017.-----

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL 2017- deliberação de Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal, de 21 de novembro, pela qual remete à Assembleia Municipal a Prestação de Contas do primeiro semestre de 2017, para conhecimento.-----

Presente ainda o Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30.06.2017, elaborado pelos Revisores Oficiais de Contas.-----

Concedida a palavra ao Sr. vereador das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes esclareceu que o Relatório presente para conhecimento é comunicado diretamente à Assembleia Municipal pelos Revisores Oficiais de Contas.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Prestação de Contas do primeiro semestre de 2017.-----

3. ORÇAMENTO PARA 2018 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018/2021 – deliberação da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2017:

Presente deliberação da Câmara Municipal, de 5 de dezembro, pela qual remeteu à Assembleia Municipal os documentos que compõem o Orçamento para 2018 e as Grandes Opções do Plano para 2018-2021, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12/09.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que este é um orçamento de continuidade, que visa, por um lado, continuar a recuperar as contas do Município e, por outro lado, tem encerrado em si o crescimento do investimento. Explicou as três grandes áreas de investimento

2017.12.21

definidas no âmbito do Portugal 2020: mobilidade (modos suaves; descarbonização), regeneração urbana e comunidades desfavorecidas (bairros sociais/habitação social). Vale de Cambra centrou o seu investimento nas duas primeiras áreas, e a correspondente disponibilização de fundos.-----

No âmbito da educação conseguiram atempadamente efetuar um bom mapeamento, salvaguardando um investimento na ordem dos 3 milhões de euros.

No que se refere a água e saneamento foi também conseguido um investimento de mais três milhões. No âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), contratualizado com a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do 2020, conseguiram-se também alguns investimentos de menor dimensão mas que vão permitir alavancar alguns projetos interessantes. Referiu ainda o financiamento na área da eficiência energética. Relembrou que o Quadro Comunitário não está ainda encerrado e que estão atentos a novos apoios.-----

Acredita, portanto, que este é um bom Orçamento para Vale de Cambra, que vai permitir dar continuidade às necessidades do Município, alavancar investimentos financiados pelo Portugal 2020, tendo, também, como missão equilibrar e reduzir cada vez mais o passivo do Município, para que finalmente Vale de Cambra fique com as finanças desafogadas e possa partir para um crescimento que se deseja cada vez mais sustentado e equilibrado.-----

De seguida, usou da palavra o Sr. Vereador do pelouro das finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, começando por informar que encontrando-se presente o Dr. Rui Valente, o Diretor Financeiro da Câmara Municipal, está disponível para esclarecer qualquer questão técnica que a Assembleia Municipal queira ver esclarecida.-----

Passou de imediato, através de uma apresentação projetada na tela do Salão Nobre, a fazer uma breve resenha do Orçamento (no valor de 22 milhões, 128 mil euros) e das Grandes Opções do Plano para 2018/2021. Começou por referir os

2017.12.21

fatores tidos em conta na execução do Orçamento ora em apreciação. Centrou-se, de seguida, nos valores iniciais dos Orçamentos, de anos anteriores, e no seu respetivo grau de execução, que em 2012 foi de 51,9%, em 2011 de 54,7%, em 2012 de 63%, em 2013 foi de 75,5%, em 2014 de 80,6%, em 2015 de 91,4%, em 2016 de 93,1% e que em 2017 se estima seja de 92%.-----

Apresentou de seguida: as despesas correntes (€ 10.668.680,75) e as despesas de capital orçadas (€11.459.319,25), valores globais e por rubricas; as três funções das Grandes Opções do Plano – Gerais, Sociais e Económicas, e seus valores, assumindo as “funções sociais” o maior peso no valor de € 8.606.700,00; as receitas correntes (€ 13.216.410,40) e as receitas de capital orçadas (€ 8.911.589,60), valores globais e por rubrica.-----

Por fim, apresentou os objetivos a alcançar com o presente Orçamento: manter o investimento em prol do desenvolvimento e a maximização das candidaturas de fundos comunitários, aliada a uma gestão criteriosa, com rigor Orçamental.-----

Terminou, salientando que este é um orçamento realista que alicerça e reforça a saúde financeira, vocacionado para o desenvolvimento do Município e que representa os compromissos assumidos pela Câmara.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, cumprimentou todos os presentes, deixando uma saudação especial àqueles que pela primeira vez participam nos trabalhos e ao senhor António Augusto Almeida desejos de rápidas melhoras.-----

Concretamente sobre o Orçamento, referiu o dilema da sociedade atual - necessidades múltiplas e, muitas vezes, ilimitadas e, por outro lado, recursos que são sempre escassos para lhes fazer face. Acrescentou que, para uma boa gestão desses recursos é preciso tomar três medidas: - eficiência na sua utilização desses recursos; - maximização dos mesmos e priorização das necessidades ilimitadas a que teremos que fazer face. É o que vê neste

2017.12.21

orçamento. A eficiente afetação é demonstrada no rigor e na racionalidade do Orçamento, onde, por exemplo o saldo corrente gerado, de 2 milhões, é aplicado em investimento e na redução da dívida. A maximização dos recursos escassos existiu porque conseguiu-se fundos comunitários que permitem alavancar o investimento realizado, recursos esses que ultrapassam os 6 milhões de euros. Depois, porque era necessário priorizar as necessidades, optou-se por dar a prioridade às famílias, às pessoas, a vários níveis, desde logo através do investimento na educação. A este respeito referiu que o Orçamento prevê a reabilitação e a requalificação de escolas do Concelho num montante de investimento de cerca de 2.2 milhões de euros, mas também, ao nível das despesas correntes e regulares, com a continuação da política de atribuição de fichas aos alunos do primeiro ciclo, e ainda com o desenvolvimento de outros projetos, como sejam o “Open Minds”, o “Redes para o futuro” ou o “Mãos à Escola”. Também para as famílias este Orçamento procura resolver dois problemas que correspondem a necessidades básicas da população, com o alargamento da rede de abastecimento de águas onde vão ser investidos cerca de dois milhões de euros, e com o alargamento da rede de saneamento onde vão ser investidos mais de um milhão e duzentos mil euros. Referiu que o apoio às famílias é visível também no âmbito da solidariedade social, através do continuado apoio às instituições sem fins lucrativos do Concelho, à Unidade Social de Retaguarda de Cabrum e a vários outros projetos. Realçou ainda que as famílias também vivem de cultura, pelo que, neste campo, salientou a Reabilitação da Biblioteca Municipal onde vão ser investidos mais de 500 mil euros, em apoio da cultura e da educação, da juventude e da população sénior, que a utilizam. Relevou ainda a Reabilitação do Cinema, obra para a qual o Orçamento prevê já uma aplicação de 610 mil euros, durante o ano de 2018, para um total de 2.8 milhões previstos no Plano até 2021. Argumentou ainda que o

2017.12.21

foco nas famílias e nas pessoas está também vertido ao nível das próprias receitas orçamentais, pois foi deliberado na última sessão que não se aumentam os impostos municipais, prevendo-se até neste Orçamento par 2018 uma redução daquilo que as pessoas vão pagar de IRS, porque a Câmara abdicou de mais 0,2%, o que significa que passará a transferir para as famílias 1,2% já em 2018, em vez do anterior 1%. Este apoio às famílias é também visível no âmbito do fornecimento de bens e serviços públicos, dando como exemplo que Vale de Cambra foi recentemente referido pela DECO, como o segundo Concelho do Distrito de Aveiro com a água mais barata, depois de Castelo de Paiva, e que, ao nível de saneamento é o terceiro, depois de Castelo de Paiva e da Mealhada. Comparando o custo da água para uma família que consuma uma média de 25 m³ por mês, referiu que em Vale de Cambra paga €417/ano, enquanto que em São João da Madeira pagaria €893/ano, ou seja, em Vale de Cambra poupa mais de 470 euros por ano, o que poderá dar para pagar o IMI de dois ou três apartamentos. -----

Acrescentou ainda que este é, também, um Orçamento vocacionado para o ambiente e para o turismo. Concretizou que, em quatro projetos que nele estão elencados, em 2018 vão ser aplicados mais de 1,2 milhões de euros, sendo que já está planeado até 2021 um investimento de 4,8 milhões de euros. Realçou ainda que é também, e além de tudo, um Orçamento que aposta na continuação da sustentabilidade das finanças municipais, sendo que, depois de todo o investimento referido, o Orçamento prevê ainda que se faça um reembolso líquido de empréstimos de 930 mil euros, ou seja, que haja uma redução da dívida líquida, no fim do ano, de quase 1 milhão de euros. Este Orçamento tem uma estratégia bem definida, que se baseia fundamentalmente em três vertentes: alavancar e aproveitar os fundos comunitários: - reabilitar infraestruturas existentes, como sejam as escolas, o Mercado Municipal, a Biblioteca Municipal e

2017.12.21

o Cinema, e que têm que ser aproveitadas porque são excelentes infraestruturas, que servem bem a população. É, portanto, um Orçamento virado para as pessoas. E é esta a estratégia que foi sufragada pela população de Vale de Cambra ainda recentemente. Assim, há que implementá-la, e não a dos outros, porque foi isso que a população decidiu. Além do mais, é até um dever que o CDS/PP tem para com a população do Concelho.-----

Quanto à intervenção proferida pela Dr.ª Adriana Rodrigues, referiu que Vale de Cambra tem estado em crescimento no mandato do CDS/PP, deixando alguns indicadores quantitativos que o demonstram, comparando dados estatísticos de 2015 com os de 2013, o início do mandato:-----

- foram criadas mais 264 empresas nestes dois anos;-----

- Vale de Cambra teve uma contribuição acrescida de 15 milhões de euros para a balança de mercadorias do País, saldo de exportações menos importações, que era em 2013 de 122 milhões de euros e em 2015 de 137 milhões de euros;-----

- o número de inscritos no Centro de Emprego relativamente à população residente entre os 15 e os 64 anos era de 5,8% em 2013, tendo baixado para 4,7% em 2015, traduzido numa redução de 1,1 pontos percentuais;-----

- o pessoal ao serviço das empresas não financeiras, no Concelho de Vale de Cambra passou de 8.086 pessoas em 2013 para 8.485 em 2015, ocorrendo, portanto uma criação líquida de emprego de 367 postos de trabalho;-----

- o índice do poder de compra concelhio, recentemente divulgado pelo INE, revela, que em 2013 era de 86,7% do índice de média nacional, tendo passado para 88,2% em 2015;-----

- a criminalidade registada, que era de 22 crimes por cada mil habitantes em 2013, passou para 15 crimes registados por cada mil habitantes em 2015.-----

Relativamente à consideração que fez sobre a dívida, alegando serem valores demagógicos, para tirar dúvidas, e baseando-se nas contas que foram auditadas

2017.12.21

pelos Revisores Oficiais de Contas, perfeitamente credíveis, comparando as últimas contas auditadas (até junho 2017) com as contas do ano de 2013 (início do mandato anterior), referiu que em em 2013 tinham 12,2 milhões de euros de empréstimos a médio e longo prazo, e ainda uma dívida a fornecedores de 2,1 milhões de euros, o que perfazia uma dívida total de 14,3 milhões de euros. Em julho de 2017 é evidente que a dívida é de 12,1 milhões de euros porque teve de acrescer o endividamento de 7,5 milhões de euros contraído para o pagamento do parque subterrâneo, mas, se o subtraírem, porque o mesmo em 2013 era apenas dívida contingente (não registada), a dívida seria agora em junho de 4,6 milhões de euros e a fornecedores de 380mil euros, ou seja, concluindo, a redução da dívida total neste período teria sido de 9,3 milhões de euros.-----

No uso da palavra o Sr. Albino Luís Soares de Almeida, após cumprimentar os presentes, referiu que o Orçamento é uma das coisas que mais os definem enquanto sociedade, “é aquilo que queremos, é aquilo que queremos investir, é o futuro que temos à nossa frente, é aquilo que deixamos perder e que se calhar já não voltamos a recuperar”. Portanto, entende que se deve ter um objetivo sobre aquilo que querem para Vale de Cambra, para o futuro, e que embora o Orçamento seja feito anualmente deveria refletir a visão para os próximos dez, vinte ou trinta anos. Acha que, de há uns anos para cá, se fazem orçamentos apenas para o presente, sem visão futura. Quanto aos valores não podem fazer mais, têm tentado distribuir os mesmos para aquilo que acham que é o melhor para Vale de Cambra.-----

Referiu a dificuldade de fixar população designadamente a população mais jovem, talvez pela falta de meios de saúde dignos para a população, e pelas empresas que não se quiseram fixar em Vale de Cambra, mas que deram provas fora do Concelho e se expandiram a nível nacional e internacional. Se essas empresas hoje estivessem em Vale de Cambra significariam centenas, senão milhares de

2017.12.21

empregados, numa zona industrial em Vale de Cambra. Reportando-se aos dados apresentados pelo Dr. José Soares, referiu que cento e tal empresas entretanto constituídas serão provavelmente micro empresas e que o aumento dos empregados serão até os patrões e um ou outro empregado das mesmas. Acrescentou que são os primeiros industriais de Vale de Cambra que vão mantendo a atividade sócio económica. Entende que não se aproveitou aquilo que cá tiveram e que inclusive se perdeu muita identidade, mesmo a nível cultural. Portanto, acha que enquanto não se fizerem orçamentos a pensar no alcance daqui a dez, vinte ou trinta anos, independentemente das dificuldades, não irá passar-se de mais do mesmo. Entende que o desenvolvimento e os melhoramentos são poucos, comparando Vale de Cambra com os Concelhos vizinhos, referiu que há trinta anos que se fala no hospital, há trinta anos que se falam que empresas boas se queriam cá sediar e tal não se verificou. E andam há trinta anos a fazer Orçamentos deste género. Questionou se será para o bem de Vale de Cambra, se é só isto que sabemos fazer e se é isto que realmente aspiramos. Referiu que, a população Valecambrense para ir a um hospital, tem de deslocar-se a Concelhos vizinhos, que construíram e têm hospitais a funcionar.----- Acrescentou que as artes e a cultura não florescem com estas dificuldades, e que tal não acontecerá automaticamente só com a construção de um edifício para o efeito.-----

Referiu serem estas as razões pelas quais se vai abster na votação deste Orçamento.-----

No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga começou por referir que se cada um apresentasse um orçamento, todos fariam de certeza um orçamento diferente, e diferente daquele que foi aqui presente. -----

Concorda com o Sr. Presidente da Câmara quando aquele diz que o Portugal 2020 nos foi imposto, que foi negociado pelo anterior governo - o PSD e o CDS,

2017.12.21

sendo o atual governo do PS, que são milhões e milhões, milhares de milhões que nos são impostos, e quem ganha com isto não são as pessoas mas sim os gabinetes ligados aos partidos políticos que têm que apresentar candidaturas. ----

Referiu que nada interessa à população de Arões ou de Junqueira, as vias cicláveis ou as áreas de reabilitação urbana definidas, para o centro da cidade e para Macieira de Cambra. Existem pilares fundamentais no desenvolvimento das sociedades, e que o que interessa às pessoas é ter uma boa educação, e que neste caso felizmente Vale de Cambra tem agora boas infraestruturas, boas escolas e bons professores. Vale de Cambra está a acabar financiamentos de recuperação e manutenção de outras escolas, vai ficar com um parque escolar excecional. Contudo, não há crianças para encher as escolas e este é o problema mais grave do nosso concelho e até do País. A habitação, é também um pilar fundamental das sociedades, mas que Vale de Cambra não tem habitações condignas, de qualidade, a preços competitivos, semelhantes aos Concelhos vizinhos para os jovens, porque há os interesses que “sempre estiveram a comer à sombra dos Orçamentos do Estado, dos Orçamentos da Câmara e do PDM (Plano Diretor Municipal)”. Referiu que quem compra habitação fora de Vale de Cambra não volta. Portanto, perguntou porque é que o Orçamento da Autarquia não é direcionado para resolver estes problemas. -----

Referenciou que as pessoas de Arões, Junqueira, Cepelos, Rôge, parte de Macieira de Cambra e de S. Pedro de Castelões gostariam de ter acesso a água de qualidade nas suas torneiras sem recorrer a furos e poços contaminados, por falta de saneamento. O investimento a ser feito na área do abastecimento de água e saneamento, em parte de Macieira de Cambra e de S. Pedro de Castelões, deixará Vale de Cambra com uma taxa de cobertura de cerca de 75%, mas não mais que isto. Todos os habitantes de Vale de Cambra deviam ter água e saneamento, pois é um pilar fundamental do desenvolvimento das sociedades.

2017.12.21

Se estas necessidades básicas não estiverem asseguradas, não terão o resto. Com uma população bem formada tudo o resto vem por acréscimo, designadamente a cultura.-----

Quanto às empresas, referiu que as mesmas não têm problemas nenhuns, porque o poder económico tem sempre acesso ao poder político. -----

Agora quanto à saída dos jovens persiste em perguntar o porquê. Em média, o Concelho perde por ano desde 2001, duzentas a trezentas pessoas por ano, sendo a taxa de natalidade muito baixa. Têm de perceber porque é que a taxa de natalidade é baixa. Os impostos em Vale de Cambra têm descido, o custo da água é barato e não há desemprego, dado que a sua taxa é de apenas 4,5%. A este respeito referiu que atualmente a maioria da mão de obra nas empresas do Concelho vem de fora, não se dando oportunidades aos jovens Valecambrenses. Referiu que, a maioria das empresas, atualmente, recorre a empresas de mão de obra, com contratos a prazo e com salários baixos, e que desta forma os jovens não se sentem vinculados às empresas.-----

Referenciou a demagogia ligada a este e anteriores orçamentos, de diferentes executivos, quanto à política do alcatrão e do cimento. Vê, porém as coisas de outra forma, no seu entender todas as pessoas devem sentir-se bem, todas as pessoas do Concelho têm de ter água e saneamento, e os jovens de ter habitação. Argumentou a este respeito que o PDM ainda não permite a reconstrução de habitações pelos jovens nas Freguesias da parte alta do concelho, política que vem do passado, da responsabilidade do CDS e do PSD em Vale de Cambra, em prol da venda de apartamentos, “caixotes” construídos aqui em Vale de Cambra, o que persiste hoje. As pessoas com quem tem dialogado, argumentam que compraram habitação fora de Vale de Cambra por ser 30% mais barata e de mais qualidade.-----

2017.12.21

Referiu a ausência neste Orçamento de verbas para a causa animal, tendo as autarquias cada vez mais responsabilidade nesta área, por legislação que entrou em vigor no passado mês de novembro, não havendo verba para um gatil ou para um canil. Sendo que o canil intermunicipal serve os cinco concelhos da AMTSM (Associação de Municípios das Terras de Santa Maria), e que Vale de Cambra é o Concelho que lá integra menos animais, dado o apoio de uma associação local, mas que as contas do Canil são divididas por todos os Concelhos em partes iguais. Santa Maria da Feira é o concelho que integra cerca de 60% ou 70% dos animais, seguido dos Concelhos de São João da Madeira e de Oliveira de Azeméis. -----

Referenciou, também a ausência de políticas a favor dos jovens. Pois embora os impostos sejam baixos em Vale de Cambra comparativamente aos concelhos limítrofes, os jovens continuam a sair, no seu entender por causa do problema da habitação. -----

No que se refere ao combate da baixa natalidade, defende, à semelhança de outros Concelhos, a atribuição a cada criança que nasça em Vale de Cambra, num universo de 180 a 200 crianças, uma verba de 90 euros por mês durante 3 anos, o que teria um custo no primeiro ano de 200 mil euros, no segundo ano de 400 mil euros e no terceiro ano e anos seguintes 600 mil euros, conforme proposta apresentada na última sessão. Verba que poderia ser acomodada pelo executivo na construção do Orçamento. -----

No orçamento está prevista a alienação de € 1.404.477,55 em imóveis, se e quando se fizer a alienação ou venda de imóveis, solicitou que seja feita a divulgação no site da Câmara, nos jornais locais ou nacionais, a toda a gente ao universo Valecambrense e a potenciais investidores exteriores, por forma a obter os melhores preços na venda do património.-----

2017.12.21

Por fim, deixou um desafio ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de convidar o Sr. Professor Paulo Morais para explicar como é que se constroem Orçamentos e como os interesses se apoderam desses mesmos Orçamentos.-----

No uso da palavra o Sr. José António Abrantes Soares de Almeida quis esclarecer, quanto aos salários, que Vale de Cambra apresenta a maior média salarial dos cinco Concelhos do Entre Douro e Vouga. Suporta a sua intervenção em dados de 2013, que seguramente se mantêm hoje na mesma linha, referindo que a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Vale de Cambra era de 872.1€, enquanto em São João da Madeira era de 802.1€, em Santa Maria da Feira de 812.1€, em Arouca de 655.4€, e em Oliveira de Azeméis de 805.1€, ou seja, o conjunto destes cinco Concelhos apresentava uma remuneração média mensal de 789.40€, contra uma remuneração média de de 872.1€ de Vale de Cambra isoladamente.-----

Interveio o Sr. Henrique da Silva Dias começando por felicitar o Sr. Albino Almeida pela sua intervenção, que tem lógica, mas que a Câmara não pode atuar dessa forma, que infelizmente os Orçamentos não podem ser feitos a vinte anos, mas anualmente, pois as receitas variam e porque a estratégia, nomeadamente com Bruxelas, tem que ser concertada. Também quando este referiu a saúde e a política hospitalar, não lhe parece que seja uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Saúde. Vale de Cambra não vai ter com certeza possibilidade de voltar a ter um hospital porque a política é diferente, não é essa, e não há nada a fazer.-----

Quanto aos filhos da terra, referiu que os gostaria de ver cá, mas que hoje o mundo é global e que estes procuram melhores situações de vida, vão na busca de melhores salários, na busca de melhores condições de vida. Não sendo necessariamente as melhores condições de vida de uma terra que levam as pessoas a sair, são as suas especializações, a sua vontade de estar melhor,

2017.12.21

portanto, não lhe parece que também seja culpa da Câmara Municipal, que não terá este ou aquele argumento para fixar as pessoas na terra. Quanto à política da construção em Vale de Cambra, aí sim, referiu que a Câmara Municipal deve ter uma palavra a dizer, estando certo que a mesma vai debruçar-se sobre esse tema, porque é uma preocupação já manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara.-
Agradeceu ao Dr. José Soares a magnífica explicação dada quanto ao Orçamento. Enalteceu o aumento de 23,5% que o Orçamento sofreu, o facto das receitas correntes serem superiores à despesa que é uma boa forma de gestão, sendo difícil a oposição numa situação destas poder apontar seja o que for ao executivo. O executivo está a fazer um belo trabalho, está a preocupar-se com as famílias, está a preocupar-se com as condições sociais das pessoas, pensa que a partir daqui tudo o que possa ser dito perde e não faz muito sentido.-----

Dirigiu-se ainda ao Sr. Presidente da Câmara, referindo que esqueceu-se de falar sobre a qualidade da água das fontes públicas do Concelho.-----

No uso da palavra o Sr. João Pedro Costa referiu a dificuldade de, em termos orçamentais, se fazerem comparações com os concelhos vizinhos, pois têm de fazer o orçamento mediante aquilo que têm.-----

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela grande obra de recuperação da escola Luíz Bernardo de Almeida, em Macieira de Cambra, que está a melhorar muito o centro de Macieira de Cambra e o Parque Escolar.-----

Por forma a decisão quanto à votação deste ponto, perguntou, no que se refere às transferências para as Juntas de Freguesia e respetiva rubrica no valor de 300 mil euros, qual o critério de atribuição e correspondente verba a cada Freguesia, dado que a mesma influencia o respetivo contrato de execução e Orçamento das Freguesias, que também é reduzido, pois passam pelas mesmas dificuldades que a Câmara Municipal.-----

2017.12.21

Quanto aos dois milhões para a rede de abastecimento de água e saneamentos, na parte sul na freguesia de Macieira de Cambra, Rôge e São Pedro de Castelões, alertou que a parte norte da Freguesia de Macieira de Cambra também carece deste serviço. Uma vez que uma empresa andou a fazer o levantamento nessa zona, perguntou se nesses 1,2milhões previstos, estaria contemplada alguma parte para aquela zona.-----

Atendendo ao que tem falado com o Sr. Presidente da Câmara e a sua promessa, informou que vota favoravelmente o Orçamento.-----

Concedida a palavra ao Sr. Albano Oliveira Braga, para uma intervenção complementar, o mesmo referiu que a população ativa de acordo com os censos de 2011 é de 10.449 pessoas, e que atualmente será muito menos.-----

Relativamente aos custos de trabalho no Concelho, referiu que têm aumentado de ano para ano sempre, em consequência da falta de mão de obra qualificada e falta de pessoas para trabalhar, e neste momento será o quarto ou quinto Concelho da Área Metropolitana com o salário médio mais elevado. Poderá parecer incoerente então o que afirmou anteriormente, mas esclareceu que tal se deve ao facto de que na parte de cima da pirâmide os salários são muito elevados, em contrapartida com os salários muito baixos na parte inferior. Os comentários da população demonstram que na parte inferior da pirâmide o salário é muito baixo, designadamente entre a população mais jovem que ganha uma “miséria”, por causa deste problema da falta de recursos qualificados e semi-qualificados, indiferenciados e das empresas de trabalho temporário. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu, em resposta ao Sr. Henrique Dias, que, na maioria dos fontanários públicos, há uma placa informativa dando nota de “água não controlada”, portanto a Câmara não faz a análise a essa fonte de água. Se o fizer o ERSAR obriga a que a água seja

2017.12.21

devidamente tratada. Atualmente mantém-se o sistema adotado há já muitos anos de não fazer o controlo das águas dos fontanários.-----

Em resposta ao Sr. Albino Almeida, referiu que também defende que os orçamentos projetem o investimento a longo prazo, embora existam oscilações e alterações às estratégias nacionais e mesmo municipais, que nem sempre coincidem com aquilo que é a disponibilização dos fundos comunitários. Embora importante para o crescimento da economia, para a fidelização das empresas e para o ordenamento do território, contudo não existem fundos disponíveis para financiar a instalação de zonas industriais, assim como não existem fundos para financiar abertura de estradas e de acessos, nomeadamente a zonas industriais, por isso, nem sempre é fácil fazer aquilo que efetivamente gostariam e que é desejável que fosse feito. -----

Acrescentou ainda que o Sr. Albino centrou a sua intervenção na saúde, um bem precioso, importante e diferenciador num Município. Argumentou que, quando chegou à Câmara Municipal existiam cerca de quatro mil utentes sem médico de família e que travou uma luta, desde o início, para que em Vale de Cambra não existisse um único habitante sem médico de família. Lutou, também, para que o médico de família não saísse do interior do Concelho, como era vontade expressa do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) e da ARS (Administração Regional de Saúde). Referiu que não foi uma batalha fácil. No que se refere ao Hospital em Vale de Cambra e, tendo em conta a grande luta no sentido da existência desse serviço, e que todos gostariam de ter cá um hospital central, crê que atualmente seja uma utopia, face à organização da saúde no País. Ainda assim, entende que devem lutar pelo próximo passo, que seria o alargamento do horário no Centro de Saúde e a existência de urgência básica, e depois os patamares subsequentes. Sendo certo que será difícil de atingir, não devem desistir da ideia de ter um hospital, mas têm também que ser realistas, considerando o fecho e reabertura do

2017.12.21

Hospital de S. João da Madeira, os problemas do Hospital de Oliveira de Azeméis e os problemas inerentes a um hospital como o de São Sebastião, que já teve oportunidade de transmitir à Administração daquele Hospital.-----

Frisou que os orçamentos devem ser realistas, exequíveis e cumpridores da legislação vigente, nomeadamente quanto à sua execução. Esse é o seu objetivo. Referenciou os compromissos assumidos, a aposta clara na educação, a aprovação recente pela Câmara de um nova tabela de taxas que visa exatamente incentivar a construção, apoiar os jovens, fazer com que a iniciativa privada possa de uma vez por todas pensar em investir em Vale de Cambra. Neste respeito, concorda que este é um problema estrutural com mais de 20 anos ou de 25 anos, problema para o qual alertava já em 1990, quando se verificou que jovens casais saíam de Vale de Cambra para os Concelhos vizinhos exatamente porque não existia habitação. -----

No que se refere à questão da baixa natalidade abordada pelo Sr. Albano Braga, referiu o Sr. Presidente da Câmara que é um problema em Vale de Cambra, e também no País. Fica o incentivo para terem mais filhos, quem puder, pois é bom que continuem a nascer crianças.-----

Em relação às questões do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, referiu o valor global previsto no orçamento para as transferências para as Juntas, e que enquanto não existirem outros acordos de execução mantêm-se em vigor os acordos de execução anteriores, e respetivos critérios de distribuição.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor, cinco votos contra (da bancada do PSD e do Sr. Albano Oliveira Braga) e duas abstenções (do Sr. Albino Luís Soares de Almeida e Sra. Ana Maria da Silva, da bancada do PS), aprovar os documentos que compõem o Orçamento para 2018 e as Grandes Opções do Plano para 2018-2021, ficando uma cópia na pasta dos Documentos da Sessão.-----

2017.12.21

4. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2018 – deliberação da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal, de 5 de dezembro, pela qual remeteu à Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2018, para efeitos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12/09.-----

Concedida a palavra à senhora vereadora do pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, informou que, de momento, a Câmara Municipal tem cento e noventa colaboradores. Para o próximo ano (2018) propõe-se a abertura de dois postos de trabalho para dois técnicos superiores, sendo que um é para o Centro de Educação Ambiental (licenciatura em Animação Sócio-cultural) isto porque o Centro de Educação Ambiental tem sido bastante frequentado havendo necessidade de ter uma pessoa que oriente todas as escolas e as IPSS's. O outro técnico superior integrará o Arquivo Municipal, que é detentor de um acervo rico em fotografia que necessita de tratamento urgente. Para além, destes dois técnicos superiores, há também necessidade de dois assistentes técnicos, um para o arquivo e outro para os serviços financeiros, e de quatro assistentes operacionais, um para as obras municipais e três para a educação. Explicou que dado, que o Ministério de Educação não tem colocado pessoal, a Câmara terá de colocar mais pessoas nas escolas.-----

Informou ainda que, atualmente, estão a decorrer alguns procedimentos concursais, e que brevemente irão entrar para a Câmara Municipal catorze colaboradores, estando já contabilizados nas trinta e sete vagas abertas no Mapa de Pessoal.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor (sendo 20 da bancada do CDS/PP, 3 da bancada do PS e 1 do membro independente Albano Oliveira Braga) e quatro abstenções (da bancada do PSD),

2017.12.21

aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2018, ficando uma cópia na pasta dos Documentos da Sessão.-----

Ausentou-se, por momentos, da sessão a Sr.^a Dr.^a Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva.-----

5. DISPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 4, DO ARTIGO

9.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Na sequência do conversado com os líderes de cada uma das bancadas com assento na Assembleia Municipal, em reunião da Conferência de Representantes, a Mesa da Assembleia propôs à Assembleia Municipal a seguinte disposição dos eleitos/bancadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde habitualmente se reúne: ficarão na primeira fila (constituída por quatro mesas, corredor e mais quatro mesas), pelo menos dois elementos de cada uma das bancadas, sendo que a bancada do PSD se sentará junto à janela e a bancada do CDS junto à porta.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, explicou o enquadramento legal deste assunto, e informou que a atual distribuição resulta de uma decisão consensual da Conferência de representantes, que passou a descrever.-----

Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida questionando o que está previsto quando as Assembleias se realizarem fora deste Salão, no caso de sessões descentralizadas.-----

Respondeu o Sr. Presidente da Assembleia, que não estando nada previsto nessa matéria propõe que se mantenha esta disposição, ajustada à realidade física onde a Assembleia se instalar, sendo o princípio que foi de resto o que prevaleceu na conferência de representantes, que todas as bancadas têm de ter alguém à frente na primeira linha.-----

2017.12.21

Usou da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga perguntando qual é o lugar onde se irá sentar.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que esta questão já lhe tinha sido colocada via e-mail, pelo membro desta Assembleia, Sr. Albano Braga, tendo respondido que deveria sentar-se no local que considerasse adequado. Acrescentou ter procurado na legislação alguma explicação ou fundamento para isso, a partir do momento em que se desvinculou da bancada do CDS/PP, a bancada pelo qual foi eleito, o membro da Assembleia passa a figurar como independente e portanto, passa a ter um tratamento diferente do da Bancada. Não viu, contudo lei, nem regulamento, nem postura nenhuma que lhe resolvesse este problema. A única situação em que isso está previsto e mesmo assim, não em tudo, é no Regimento da Assembleia da República. Nos regimentos Municipais e nas Assembleias Municipais não encontrou indicações para o efeito, daí a sua resposta para que o Sr. Prof. Albano Braga tome o lugar que considere confortável. Mostrou recetividade da Mesa em aceitar soluções para o efeito.-----

O assunto foi colocado a votação, sendo que, na sequência das intervenções supra, o membro independente Albano Oliveira Braga tomará na sala o lugar que entenda por mais conveniente.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 9.º do Regimento, a disposição dos eleitos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde habitualmente reúne.-----

A Sr.ª Dr.ª Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva reentrou na sessão.-----

6. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro, pela qual remete para aprovação o Regulamento de

2017.12.21

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, que revogará o atualmente em vigor.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referiu que este Regulamento foi amplamente discutido com todas as IPSS's e consensualizado, após o que foi aprovado na Câmara Municipal. -----

A senhora vereadora do pelouro, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva acrescentou que, o anterior regulamento das IPSS'S data de 2004 e a sua formulação teve como pressupostos um determinado contexto das respostas sociais marcadamente mais convencionais, de algum modo mais rígidas em termos de funcionamento. A realidade social mudou de forma rápida e surgiram novos problemas sociais e às IPSS'S foram colocados novos desafios, e os próprios modelos de financiamento e funcionamento das Instituições tiveram que se reajustar, por esse motivo, o regulamento em vigor tornou-se desajustado à atualidade. Assim, foram chamadas à participação na alteração do regulamento as IPSS'S do Concelho, que são nove. Recolhidos os contributos das diferentes IPSS'S foi elaborado o Regulamento que agora se submete à aprovação. Deu conta das datas e procedimentos de convocação das reuniões tidas com as IPSS's. Mais informou que não houve lugar a contributos na fase de auscultação pública. -----

Explicou que as alterações foram essencialmente em datas devido à própria lei, e alteração dos critérios de majoração de atribuição dos subsídios. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar o novo Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, que, aquando da sua publicação, nos termos do seu artigo 12.º revogará o anteriormente publicado em Diário da República de 10 de maio de 2004.-----

2017.12.21

7. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA - deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2017:

Presente deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro, pela qual remete para aprovação o Regulamento do Arquivo Municipal de Vale de Cambra.-----

A senhora vereadora do pelouro, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva, referiu que o arquivo é uma parte muito importante da autarquia e não possuía nenhum regulamento, pelo que os serviços da Câmara procederam à sua elaboração. Informou que, no âmbito da consulta pública, não foram apresentados quaisquer contributos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar o Regulamento do Arquivo Municipal de Vale de Cambra.-----

8. DESIGNAÇÃO DE ATÉ CINCO REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA,

nos termos do disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio e Lei 76/2017, de 17/8: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta entregue à Mesa desta Assembleia, subscrita pelas três bancadas, CDS/PP, PSD e PS, propondo a designação dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta: Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Prof. Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sr. Sérgio Miguel dos Santos Soares.-----

2017.12.21

Efetuada o escrutínio secreto por entre os vinte e oito membros presentes, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e um voto em branco, designar os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta: Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Arménio Tavares Lige; Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Prof. Nelson Fernandes de Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Sr. Henrique Martins Pereira; Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Sr. João Pedro Costa; e Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sr. Sérgio Miguel dos Santos Soares.-----

9. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos do disposto na alínea a), do nº 2 do artigo 3º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Vale de Cambra: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conta da proposta apresentada à Mesa desta Assembleia, subscrita pelas três bancadas, CDS/PP, PSD e PS, propondo o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares, para o efeito.-----

Após o escrutínio secreto por entre os vinte e oito membros presentes, a Assembleia Municipal deliberou eleger o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sr. Sérgio Miguel dos Santos Silva, para representar as Freguesias do Município no Conselho Municipal de Educação, com vinte e sete votos a favor e um voto em branco.-----

10. DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS, PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, nos termos do disposto na alínea I), do artigo 17º, do anexo da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro: Tendo em consideração que, nos termos da respetiva lei (art.º 17) as pessoas a designar

2017.12.21

devem preferencialmente ter especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta apresentada à Mesa desta Assembleia, subscrita pelas três bancadas, CDS/PP, PSD e PS, propondo a designação dos seguintes membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão alargada de proteção de crianças e jovens: Filomena Maria Soares de Almeida Moreira, Dra Adriana Silva Rodrigues, Ana Maria da Silva e o Prof. Nelson Fernandes de Almeida, presidente da junta de freguesia de Cepelos.-----

Efetuada o escrutínio secreto por entre os vinte e oito membros presentes, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e um votos contra, designar os seguintes membros da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens: Sr.^a Filomena Maria Soares de Almeida Moreira, Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues, Sr.^a Ana Maria da Silva e Prof. Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos.-----

11. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES – ENTRE DOURO E VOUGA II – AVEIRO NORTE, nos termos do disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis 81/2009, de 2 de abril, 102/2009, de 11 de maio, 248/2009, de 22 de setembro, 253/2012, de 27 de novembro, 137/2013, de 7 de outubro e 239/2015, de 14 de outubro: O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, no âmbito deste ponto, deu também entrada na Mesa uma proposta igualmente subscrita pelas três bancadas, CDS/PP PSD e PS, propondo a designação do cidadão, Manuel Domingos da Costa Tavares como representante do Município no conselho da comunidade do ACES entre o douro e vouga II – Aveiro Norte.-----

2017.12.21

Efetuada o escrutínio secreto por entre os vinte e oito membros presentes, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e um voto contra, designar o Cidadão Manuel Domingos da Costa Tavares para representar o Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde – Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte.-----

Estando presente o cidadão agora designado, Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares, tomou da palavra explicando em que consiste o Agrupamento de Centros de Saúde onde Vale de Cambra se encontra integrado, bem como o que é o Conselho da Comunidade, um conselho consultivo e suas reuniões periódicas, nas quais podem expressar as suas opiniões, informando que as mesmas serviram já para a resolução de problemas na área da saúde, no Concelho de Vale de Cambra e demais. Referiu que um dos problemas agora ultrapassado, muito com o contributo da Câmara Municipal e do seu Presidente, foi a falta de médico de família nas Freguesias de Arões e Junqueira. Acrescentou que não é o orçamento da Câmara que vai resolver a questão do hospital, mas sim o poder político que tem que influenciar quem decide, para que as coisas não fujam e não se continue a centralizar tudo, à semelhança do que aconteceu com a educação. Referiu ainda que os Hospitais de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira (apesar de, no momento, estar um pouco ativado) estão praticamente desativados, e que o 112, regra geral, continua a encaminhar os utentes para o Hospital de Santa Maria da Feira. Citou alguns problemas consequentes da grande afluência ao Hospital da Feira, designadamente a espera de cinco a sete horas por uma consulta, a falta de estacionamento, a falta de camas, etc. -----
Apelou a que o poder político, isto é, todos os eleitos ali presentes, lutem para que o serviço de urgência seja retomado no Concelho. Concluiu que muitas vezes o problema não é o dinheiro, mas sim a falta de poder e a centralização.-----

2017.12.21

Terminou, deixando a garantida de que tudo irá fazer, aquilo que esteja ao seu alcance para não defraudar a confiança que em si depositaram, sobretudo a confiança daquelas pessoas que só podem recorrer ao serviço nacional de saúde, foi por estes que também aceitou este desafio.-----

O Sr. Presidente da Assembleia relevou esta preocupação última. Sendo certo que têm de fazer pressão como disse o Sr. Manuel Domingos Tavares, têm também de fazer ouvir a voz deste Município naquele Agrupamento dos Centros de Saúde, na pessoa do Sr. Manuel Domingos, que com certeza será uma voz firma e conhecedora. Assegurou que esta Assembleia o apoiará naquilo que for necessário, e que esta fará chegar todas as indicações que porventura achar pertinentes sobre esta matéria. Agradeceu a disponibilidade do Sr. Manuel Domingos, para o efeito.-----

12. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO, PÓS – SECUNDÁRIO E ENSINO SUPERIOR - deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro, pela qual remete para aprovação o Regulamento de atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva deu conta de que, foi inicialmente distribuída cópia da minuta da ata da reunião de Câmara, em que a transcrição do texto do Regulamento não era pertinente, pois não reportava a estas bolsas de estudo, mas sim ao Regulamento de apoio às IPSS's. O lapso foi corrigido e foi distribuído a todos a cópia da ata, essa sim, devidamente corrigida e com o Regulamento inserido nos termos certos, ficando a constar na documentação da presente sessão.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu desculpa pelo lapso (na transcrição do regulamento na ata) que, após detetado e, com a anuência de

2017.12.21

todos os vereadores, foi devidamente retificado. Acrescentou que de forma a sanar o lapso, o assunto deveria ser votado por unanimidade.-----

No que se refere a esta última observância do Sr. Presidente da Câmara, disse o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal discordar**, pois que seria necessário essa unanimidade se fosse a Assembleia que tivesse cometido um lapso, enfim, que tivesse que retificar a sua própria ata, o que não é o caso. O lapso aconteceu numa deliberação da Câmara, o Senhor Presidente como disse falou com a vereação, houve essa unanimidade e retificaram a deliberação. No que se refere à Assembleia Municipal compete-lhe apenas analisar o assunto, pronunciar-se e deliberar sobre ele, uma vez que está presente a ata devidamente retificada.-----

No uso da palavra a senhora vereadora Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva explicou que, no regulamento anterior exigia-se que a média para o ensino secundário e para o ensino superior fosse de 15 valores. Verificou-se que poucos alunos eram abrangidos por esta bolsa, mas pretendendo-se abranger o máximo de alunos possíveis, a Câmara decidiu alterar a média para 13 valores. Também, no anterior Regulamento exigia-se que, após os alunos receberem a bolsa, fizessem um trabalho voluntário para a Câmara, o que foi retirado do Regulamento uma vez que não se tratava verdadeiramente de trabalho voluntário, seria mais um “trabalho forçado”. Foi ainda acrescentada a possibilidade de atribuição de bolsas de estudo a alunos igualmente carenciados, que tendo já terminado os seus estudos pretendam fazer uma especialização no estrangeiro e por elevado mérito.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor e duas abstenções (do Sr. Albino Luís Soares de Almeida e Sra. Ana Maria da Silva, da bancada do PS), aprovar o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior, que introduziu

2017.12.21

diversas alterações ao anteriormente publicado e que será republicado integralmente.-----

13. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE VALE DE CAMBRA - deliberação da Câmara Municipal de

21 de novembro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro, pela qual remete para aprovação o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que este Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra era uma velha aspiração da juventude do Concelho, congratulando-se que tenha sido neste mandato a aprovação deste Conselho da Juventude, pois acreditam na juventude e acham que ela é importante no desenvolvimento do Concelho, pelo que deve ser envolvida nas decisões e em toda a vida do Município.-----

A senhora vereadora do pelouro, Dr.^a Daniela Sofia Paiva da Silva, após cumprimentar os presentes, acrescentou que não houve contributos durante o período de consulta pública, e que o Regulamento respeita a lei habilitante em vigor. De facto, era um objetivo a criação deste regulamento, almejado até por anteriores executivos. Está certa que o seu funcionamento doravante seja produtivo para o futuro do Concelho porque também os jovens já desejavam há algum tempo que este se tornasse uma realidade. -----

No uso da palavra o Sr. Hugo Martins Rodrigues de Sousa, após cumprimentar os presentes, referiu que este é um dia histórico para a juventude Valecambrense, pois com a aprovação deste regulamento a juventude poderá ter voz ativa nas políticas do Concelho, marcando o final de uma luta que durou cerca de sete anos. Há cerca de um ano reuniu, enquanto Presidente da Juventude Popular, com a sua equipa e com o senhor Presidente da Câmara Municipal, na qual entregaram uma proposta de regulamento, tendo à data o Sr.

2017.12.21

Presidente garantido que o Conselho Municipal da Juventude seria uma realidade. Relevou o trabalho desenvolvido pela Juventude Socialista e pela Juventude Social Democrata, que durante os sete anos anteriores travaram também esta luta.-----

De seguida, explicou o enquadramento legal dos Conselhos Municipais da Juventude, o que terá sido posto de parte pelo anterior Executivo, e que o atual Executivo pôs em prática, felizmente.-----

Terminou, agradecendo, em nome de todos os jovens Valecambrenses, a oportunidade de que os jovens se envolvam mais nas políticas do Concelho.-----

Interveio a Sr.ª Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues começando por dar os parabéns à Juventude Popular, na pessoa do seu Presidente pelo trabalho desenvolvido. Realmente esta é uma conquista muito grande para todos os Valecambrenses e, em particular, para os jovens. Salientou o facto deste ter tido essa consciência e hombridade de destacar também o trabalho de outras juventudes partidárias, nomeadamente a JSD, da qual esta foi Presidente.-----

Parabenizou, também, a Câmara Municipal e a senhora vereadora da juventude, Dr.ª Daniela Silva.-----

Deixou contudo um pequeno esclarecimento, de que todos devem ter consciência. Tendo integrado o anterior executivo PSD, está plenamente ciente de todos os factos que estão associados a esta lei publicada em 2009, e à qual o executivo se agarrou desde o início, disponibilizando-se para prestar qualquer informação que não esteja tão clara, mencionando ainda essa disponibilidade por parte do vereador Dr. Pedro Almeida. Se não se avançou, não foi por falta de vontade, pois promoveu diversas reuniões enquanto vereadora da juventude na Câmara Municipal, com os diversos atores da comunidade, associações, de cariz político e outras também de solidariedade social e ainda ligadas à educação, no sentido de neste concílio entre os vários atores e vários agentes da comunidade

2017.12.21

encontrar a melhor solução. Houve verdadeiramente uma proposta que não chegou a ser presente à Assembleia Municipal porque não houve um consenso quanto à mesma, até porque havia um pequeno detalhe naquela lei que poderia comprometer o mesmo, que tinha a ver com a autonomia financeira do Conselho Municipal da Juventude, de acordo com orientações transmitidas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses que fez um parecer no sentido de recomendar alguma prudência. Tem dúvidas quanto se a lei não foi revista neste aspeto em particular, que tinha a ver com a autonomia financeira da Câmara relativamente ao funcionamento desse Conselho Municipal da Juventude.-----

Agradeceu a todos aqueles, que nas diferentes áreas, terão contribuído para a construção desta lei. Está confiante que agora entre em vigor, de forma efetiva e que esta Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal lhes possam dar as condições para que possa funcionar no verdadeiro sentido lato da palavra.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra.-----

Pelas 00h04m, do dia 22 de dezembro, foi deliberado, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, nos termos do disposto no artigo 13.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia Municipal, não ver inconveniente no prolongamento desta sessão para além das vinte e quatro horas, por forma a ultimar a ordem do dia da sessão.-----

Ausentou-se, por momentos, da sessão o Sr. José do Nascimento Peres.-----

14. REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE | DECRETO-LEI N.º 130/2017, DE 9 DE OUTUBRO deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 19 de

2017.12.21

dezembro, solicitando deliberação urgente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 50.º da Lei das Autarquias Locais, no que se refere ao regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados, em resultado de catástrofe, nos termos da informação técnica subscrita pelos Técnicos Superiores Armando Ribeiro, Óscar Brandão e Vera Silva.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referiu que o objetivo é agilizar os procedimentos com vista à recuperação das casas que eventualmente tenham sido danificadas pelas incêndios.-----

Tendo a Sra. Dr.ª Adriana Rodrigues solicitado mais informação sobre o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva explicou o objeto da deliberação por parte desta Assembleia Municipal, ao que a Dr.ª Adriana explicou que a sua questão ía noutra sentido, que esta não é portanto uma medida da iniciativa da Câmara, mas que devido à Portaria publicada se possibilita à Câmara Municipal agilizar o procedimento nesta área específica dos incêndios.-----

Falou da sua experiência particular quanto aos incêndios que assolaram a Região Centro de Portugal quer em junho, quer em outubro, pois visitou os Concelhos afetados, que foram mais de setenta Municípios dos cem do território de Portugal, nalguns dos casos com vítimas mortais. Especificou o caso de Oliveira do Hospital onde ardeu 95% da área florestal, inclusive dentro das linhas urbanas, ou seja, na cidade tudo o que é jardim público ardeu. -----

Propôs que, enquanto Assembleia Municipal, procurem trabalhar afincadamente, pese embora as dificuldades dos Municípios, pois tem noção de que a questão da reflorestação é uma questão que envolve vários Ministérios, ou seja, não é exclusivamente da responsabilidade das Autarquias, que têm muitas vezes os braços presos, ou seja, não têm forma de dar a volta à situação porque muitos

2017.12.21

dos terrenos não se sabe a quem pertencem. É difícil fazer esse cadastro quando até os proprietários não sabem delimitar o território que lhes pertence. Tal como afirmou o Sr. Presidente da Câmara no início, entende que demorará muitos anos a ser resolvido, ainda assim é importante saber o que a Câmara estará a fazer, num primeiro momento.-----

Assim, perguntou se existe algum gabinete, onde qualquer empresário ou pessoa a nível individual, que viveram este drama, se possam dirigir e saber que medidas de apoio existem, designadamente da segurança social, apoios comunitários, ou do Governo, como é o caso do programa “valorizar”, direcionado para as áreas do turismo. Explicou que este programa visa valorizar o território do interior em termos turísticos, cujo quadro passou de trinta para sessenta milhões de euros, para também intervirem em zonas como Aveiro, Mira ou Vagos, onde as zonas industriais arderam quase por completo, muitas delas com prejuízos de milhões.- - Disponibilizou-se para ajudar no que for necessário.-----

Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga retificando a referência feita pelos técnicos da Câmara Municipal à presente sessão, referindo estes por lapso que a mesma é extraordinária, o que se retifica.-----

De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referindo partilhar muitas das considerações tecidas pela Dr.^a Adriana Rodrigues, reiterando que este é um assunto que a todos preocupa, que com esta catástrofe houve o despertar para uma nova realidade dos fogos florestais numa vertente completamente devastadora, não sendo possível controlar as condições como humidade, temperatura e os ventos, e que não existem meios disponíveis no terreno para fazer face a essa devastação que o fogo provoca.-----

No que a Vale de Cambra diz respeito, deu conta do incêndio que consumiu três mil e quinhentos hectares no ano de 2016, com origem no Concelho de Arouca, que não provocou danos pessoais, foi mais floresta e, pontualmente, pequenos

2017.12.21

danos em alguns anexos. Quanto ao incêndio de 15 de outubro, que teve início em Vale de Cambra e que depois se propagou a Arouca e Castelo de Paiva, Concelho este onde comparativamente os danos foram mais elevados. Deu conta, também, dos meios empregues no terreno e o apoio dado pela Câmara às pessoas afetadas no âmbito deste incêndio, designadamente quanto à disponibilização de informação presencial e devido acompanhamento pelos técnicos da CCDR-N e da Direção Regional da Agricultura, no preenchimento das candidaturas (mais pequenas, para os montantes de resolução mais rápida). Aquelas pessoas que não quiseram optar por estas candidaturas tiveram acesso a outras de montantes superiores. Acrescentou que os serviços da Equipa Multidisciplinar e o próprio Gabinete de Proteção Civil têm dado todo o apoio à comunidade, no sentido de alertar e informar dos programas que estão abertos. No que se refere às candidaturas, acrescentou que a Equipa multidisciplinar procura estar permanentemente informada das aberturas de candidaturas possíveis na área do município de Vale de Cambra, sendo certo que duas Freguesias do Concelho que são de baixa densidade podem recorrer a alguns programas que não podem ser aplicados na parte urbana, que não estão incluídos nos territórios de baixa densidade.-----

Retomou a palavra a Sr.^a Dr.^a Adriana Rodrigues, perguntando se a Câmara tem conhecimento da transferência para a Autarquia de uma verba para ajuda nos trabalhos de limpezas de alguns terrenos florestais.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tem essa informação, perguntando se estaria a falar “dos famosos 50 milhões”, ao que a Dr.^a Adriana Rodrigues perguntou se tal era verdade. Retomando a palavra o Sr. Presidente informou que é mentira, que esses 50 milhões se referem a uma linha de crédito que vai ser disponibilizada para os Municípios que dela necessitem, na certeza que terão que devolver o dinheiro, provavelmente com um período de

2017.12.21

carência para este efeito. Efetivamente, a legislação diz é que os Municípios vão ser responsáveis por uma limpeza vastíssima, com prazos até março ou abril, e que a maior parte deles não vão ter capacidade para dar resposta aquilo que a legislação prevê, preocupação esta manifestada pelos Municípios no Congresso da ANMP.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, referiu que há programas que continuam a ser anunciados, e que, ainda recentemente foram publicados avisos relativos a candidaturas (“calls”) para investimento produtivo com umas majorações dos apoios, para os investimentos nos Concelhos que foram abrangidos. Felizmente Vale de Cambra não está incluído, porque ao nível de infraestruturas industriais os danos foram muito pequenos. -----

Face à intervenção da Dr.^a Adriana Rodrigues e o conjunto de medidas de apoio por esta elencadas, relevou o excelente trabalho da Comissão de Coordenação da Região Centro e da sua Presidente, Dr.^a Ana Abrunhosa, neste domínio, com um trabalho proativo, direto às populações afetadas. Acrescentou que, felizmente, a Região Norte não foi tão afetada, mas que quanto sabe a Comissão de Coordenação da Região Norte não tem tido um papel tão proativo. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e sete membros presentes, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei 130/2017, de 9 de outubro, o seguinte:-----

- delimitar o território onde constam as áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica decorrente da destruição ou grave danificação em edifícios em resultado do incêndio florestal de 15 de outubro de 2017, nos termos da Planta à escala 1/12000 (identificada como anexo 1) e da lista de edifícios abrangidos no referido regime excecional (identificada como anexo 2). -----

2017.12.21

- que não seja dispensada, por razões de segurança e prevenção de riscos, a eventual consulta à Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----
- que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas em matéria de urbanismo, podem ser dispensados quaisquer elementos instrutórios, previstos na Portaria n.º 113/2015, que sejam considerados excessivamente onerosos e não imprescindíveis para apreciação da comunicação ou pedido;-----
- proceder à isenção de taxas que incidam sobre a comunicação prévia ou licença e a autorização de utilização apresentadas no âmbito do presente regime (artigo 8.º).-----

Entrou novamente na sessão o Sr. José do Nascimento Peres.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu lugar ao Período de Intervenção do Público.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou da palavra a senhora D. Maria Fátima Costa Almeida, que perguntou qual a qualificação escolar exigida aos funcionários da Câmara Municipal, nas suas diferentes funções, com base num caso ocorrido entre a sua pessoa e dois colaboradores da Autarquia, que identificou, acusando um de ser mentiroso e que o outro a terá ameaçado de morte e terá falado mal de todos, desde o Executivo aos Colaboradores da Câmara Municipal, caso já denunciado ao Ministério Público. Mostrou-se desapontada com o Sistema Nacional de Justiça e desagradada com o facto dos Valecambrenses serem usados para pagar salários a mentirosos e agressores. Alegou, também, que a Câmara Municipal teve conhecimento da situação e não tomou nenhuma deliberação acerca da mesma.-----

2017.12.21

Questionou ainda a Câmara Municipal sobre a razão do seu IMI ter aumentado para o triplo do valor anteriormente pago, com o qual não concorda em virtude da desvalorização das habitações.-----

No uso da palavra o Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis queixou-se da falta de divulgação das sessões da Assembleia Municipal, referindo ter tido conhecimento da presente sessão por ter visto as luzes dos Paços do Concelho acesas. Alegou ainda que a página "Vale de Cambra Comunica", efetivamente não comunica, e que há uma necessidade urgente de pôr Vale de Cambra a comunicar da melhor forma. Deixou novamente uma sugestão já por si deixada anteriormente numa das sessões da Assembleia Municipal, de que deveria ser colocada uma vitrine junto à entrada do Edifício Municipal acessível 24 horas por dia, todos os dias da semana, por forma a que exista acesso a Editais e demais informações. Fez ainda referência à cerimónia de tomada de posse, em que diz que este Salão Nobre foi manifestamente pequeno para acolher todos aqueles que assistiram à mesma. Afirma que só alguns convidados se puderam sentar, o que não aceita, pois como eleitor deste concelho, tem obrigações mas também tem direitos e gostaria de assistir à cerimónia devidamente sentado. Sugeriu que, em futuras cerimónias de grandes dimensões, sejam dadas alternativas de locais com mais amplo espaço, tais como o Centro Cultural, o Pavilhão Municipal ou até mesmo no Campo das Dairas, para que todos possam ter um lugar sentado, incluindo ele próprio. Solicita que o ouçam e até que escrevam sobre estas suas preocupações/sugestões.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, afirmou, em jeito de resposta, que as sessões da Assembleia estão a ser neste momento já amplamente divulgadas, nas missas, fazendo referência aos Párocos que têm feito esse trabalho junto da população e referindo ainda que nesse

2017.12.21

mesmo edifício está afixado um edital, o que não era habitual. Disse ainda que é um percurso que terão de ir fazendo.-----

De seguida, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, respondendo à Sr.^a Maria Fátima Almeida, afirmou que os Colaboradores admitidos na Câmara Municipal têm de ter as habilitações académicas que a lei determina para cada cargo.-----

No que se refere às considerações que a Sr.^a Maria Fátima Almeida teceu, não se pode pronunciar pois não testemunhou o acontecimento, sublinhando ainda que se o caso já foi reportado pela queixosa ao Ministério Público, como a mesma refere, aquela é a Entidade a quem compete fazer as averiguações.-----

Em relação ao assunto do IMI, e em jeito de resposta, disse que as avaliações eram feitas pelas Finanças, e que ao Município apenas competia fixar as respetivas taxas, frisando que estas têm diminuído e não aumentado.-----

No que diz respeito à intervenção do Sr. Firmino Reis, referiu com o mesmo quando diz para pôr Vale de Cambra a comunicar bem, dizendo-lhe ainda que o objetivo é a contínua melhoria.-----

Já no que se refere ao facto do Sr. Firmino ter dito que queria estar sentado nas cerimónias públicas, o mesmo não iria com toda a certeza ser uma realidade possível, pois normalmente o espaço tem uma lotação e naturalmente, refere, não seria justo para outros convidados ficarem de pé e o Sr. Firmino sentado, e que não haverá forma de contornar esse problema, pois que quando convidamos alguém para nossa casa prezamos por receber bem, com boa educação e sendo corretos, por isso alguns organismos e entidades que são convidados para este tipo de cerimónias deverão ter um lugar de destaque, e cabe aos Valecambrenses zelar pelo bom acolhimento no seu Concelho. -----

